



# Políticas Públicas no Brasil Exploração e Diagnóstico 4

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2018

**Luciana Pavowski Franco Silvestre**  
(Organizadora)

**Políticas Públicas no Brasil Exploração e  
Diagnóstico**  
**4**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 4 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-062-9

DOI 10.22533/at.ed.629192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.  
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,  
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A EDUCAÇÃO INFANTIL EM MUNICÍPIOS COM ALTOS IDEBS NO NORDESTE: AS CONCEPÇÕES DOS GESTORES ESCOLARES	
<i>Patrícia Maria Uchôa Simões</i> <i>Juceli Bengert Lima</i> <i>Manoel Zózimo Neto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6291922011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO MARANHÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL: ASPECTOS DA ORIGEM E A SUA IMPLEMENTAÇÃO	
<i>Marcia Cordeiro Costa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6291922012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE CRECHES COMO POLÍTICA PÚBLICA A FIM DE REDUZIR A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DO TRABALHO	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6291922013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>33</b>
A IMPORTÂNCIA DO PIBID E SEUS IMPACTOS NA ESCOLA: DOIS ESTUDOS DE CASO EM MÚSICA	
<i>Cristina Rolim Wolffenbüttel</i> <i>Guilherme da Silva Ramos</i> <i>Romeu Riffatti</i> <i>Sita Mara Lopes Sant'Anna</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6291922014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>46</b>
A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
<i>Silvania dos Santos Rabêlo</i> <i>Thelma Helena Costa Chahini</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6291922015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>56</b>
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR NA INTERFACE SAÚDE E AMBIENTE	
<i>Carla Rosane Paz Arruda Teo</i> <i>Maria Assunta Busato</i> <i>Vanessa da Silva Corralo</i> <i>Junir Antonio Lutinski</i> <i>Gisele Assumpção Vieira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6291922016</b>	

**CAPÍTULO 7 ..... 68**

ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS COM MELHORES E PIORES IDEBS DO NORDESTE: A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO COMO INDICADOR DE QUALIDADE

*Patrícia Maria Uchôa Simões*  
*Marcela Pires Barbosa*  
*Priscila de Cássia da Silva Ramos*

**DOI 10.22533/at.ed.6291922017**

**CAPÍTULO 8 ..... 79**

ANÁLISE DA FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA EM MOLDES DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL SOB A ÓTICA DE PRECEPTORES/TUTORES E RESIDENTES

*Carla Mousinho Ferreira Lucena*  
*Ana Paula Rocha de Sales Miranda*  
*Pablo Leonid Carneiro Lucena*  
*Francilene Jane Rodrigues*  
*Patrícia Barreto Cavalcanti*  
*Clébya Candeia de Oliveira Marques*  
*Adelaide Aires Pontes Adolfo*

**DOI 10.22533/at.ed.6291922018**

**CAPÍTULO 9 ..... 89**

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: O PROGRAMA BOLSA DE INICIAÇÃO ACADÊMICA A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES

*Márcia Regina Mariano de Sousa Arão*  
*Gleiciane Viana Gomes*  
*Aline Santos Martins*  
*Maria José Martins Galvão*  
*Fernanda Venâncio Farias*

**DOI 10.22533/at.ed.6291922019**

**CAPÍTULO 10 ..... 101**

ATENDIMENTO EFICIENTE DA REDE EDUCACIONAL: A IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO LOGÍSTICO DE PERNAMBUCO

*Ednaldo Alves de Moura Júnior*  
*Emílio Veludo Lopes*  
*Murilo Wesley Soares Costa*  
*Anselmo de Oliveira Carvalho Filho*

**DOI 10.22533/at.ed.62919220110**

**CAPÍTULO 11 ..... 118**

DEFINIÇÕES E CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE MATERIALISTA-HISTÓRICA DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

*Daphne Holzer Velihovetchi*

**DOI 10.22533/at.ed.62919220111**

**CAPÍTULO 12 ..... 136**

ESTADO E AVALIAÇÃO ESTANDARDIZADA CRITERIAL: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE QUASE-MERCADO

*Joina Bomfim*

**DOI 10.22533/at.ed.62919220112**



**CAPÍTULO 13..... 148**

FAMÍLIA E REDE LOCAL: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL EM UM PROJETO DE EDUCAÇÃO

*Helena Piombini*

*Tainá Alvarenga*

*Rodrigo Oliveira*

**DOI 10.22533/at.ed.62919220113**

**CAPÍTULO 14..... 161**

FEDERALISMO, REGIME DE COLABORAÇÃO E A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NA BAHIA

*Angelo Dantas de Oliveira*

*Célia Tanajura Machado*

**DOI 10.22533/at.ed.62919220114**

**CAPÍTULO 15..... 173**

GÊNERO E INCLUSÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

*Leandro Fernandes Valente*

*Jhennifer de Souza Góis*

*Antônia Sheilane Carioca Silva*

*Heliandra Linhares Aragão*

**DOI 10.22533/at.ed.62919220115**

**CAPÍTULO 16..... 181**

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESTRATÉGIA PARA A LEGITIMAÇÃO DA DIVISÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO SABER?

*Valdenice de Araujo Prazeres*

**DOI 10.22533/at.ed.62919220116**

**CAPÍTULO 17 ..... 197**

MECANISMOS DE MOBILIZAÇÃO PARA O REGIME DE COLABORAÇÃO: CAMINHOS PARA A GESTÃO COLABORATIVA DA EDUCAÇÃO

*Ana Paula Massonetto*

*Manoel dos Santos*

*André Cardone*

**DOI 10.22533/at.ed.62919220117**

**CAPÍTULO 18..... 214**

MULHERES IDOSAS E SEU PROCESSO EDUCATIVO: A EXPERIÊNCIA DAS ALUNAS DA UNATI/UERJ

*Alzira Tereza Garcia Lobato*

*Carla Virginia Urich Lobato*

**DOI 10.22533/at.ed.62919220118**

**CAPÍTULO 19 ..... 224**

O PLANO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

*Cristiane Queiroz Leite Carvalho*

**DOI 10.22533/at.ed.62919220119**

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>236</b>
O REGIME DE COLABORAÇÃO E O PNE: ENTRE O PROPOSTO E O POSSÍVEL	
<i>Laurimar de Matos Farias</i>	
<i>Leila Maria Costa Sousa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.62919220120</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>247</b>
OS CONCEITOS DE DESCENTRALIZAÇÃO, AUTONOMIA E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA NEOLIBERAL	
<i>Edivania de Castro Pires</i>	
<i>Leidy Jane Claudino de Lima</i>	
<i>Ângela Maria Dias Fernandes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.62919220121</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>256</b>
OS SENTIDOS DO ENSINO MÉDIO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: CONTRADIÇÕES NO ACESSO E NA QUALIDADE DO ENSINO	
<i>João Paulo da Conceição Alves</i>	
<i>Ronaldo Marcos de Lima Araujo</i>	
<i>Márcia Pereira da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.62919220122</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>268</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	
<i>Leidy Jane Claudino de Lima</i>	
<i>Jorge Fernando Hermida</i>	
<i>Fernando Augusto Generino Soares</i>	
<i>Edivania de Castro Pires</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.62919220123</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>281</b>
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA GESTÃO ESCOLAR ATRAVÉS DA OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS: O CASO DE PERNAMBUCO	
<i>Ednaldo Alves de Moura Júnior</i>	
<i>Severino José de Andrade Júnior</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.62919220124</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>297</b>



## ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: O PROGRAMA BOLSA DE INICIAÇÃO ACADÊMICA A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES

**Márcia Regina Mariano de Sousa Arão**

Universidade Federal do Ceará – UFC  
Fortaleza - CE

**Gleiciane Viana Gomes**

Universidade Federal do Ceará – UFC  
Fortaleza - CE

**Aline Santos Martins**

Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza –  
Fametro  
Fortaleza - CE

**Maria José Martins Galvão**

Universidade Federal do Ceará – UFC  
Fortaleza - CE

**Fernanda Venâncio Farias**

Universidade Estadual do Ceará – UECE  
Fortaleza - CE

**RESUMO:** O presente artigo tem como campo temático a Bolsa de Iniciação Acadêmica (BIA), um dos programas assistenciais que compõe à Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Ceará (UFC). O estudo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada junto aos alunos atendidos pela assistência estudantil. Seu objetivo consiste em apreender e analisar a Bolsa de Iniciação Acadêmica a partir das perspectivas dos estudantes por ela atendidos no ano de 2014. Responderam ao questionário cerca de 670 estudantes de diversos cursos de graduação.

Os resultados revelaram questões fundamentais que contribuirão para o aperfeiçoamento do referido programa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Ensino Superior. Assistência Estudantil. Bolsa de Iniciação Acadêmica.

**ABSTRACT:** This article studies the Academic Initiation Grant, one of the assistance programs that is part of the Student Assistance Policy of the Federal University of Ceará (UFC). The article presents the results of a study conducted with the students who received student assistance. Its goal is to understand and analyze the Academic Initiation Grant from the perspective of students who received it during 2014. The questionnaire was answered by approx. 670 students from diverse undergraduate courses. The results revealed fundamental issues that will contribute to the improvement of the program.

**KEYWORDS:** Education. Higher Education. Student assistance. Academic Initiation Grant.

### 1 | INTRODUÇÃO

A assistência estudantil compõe um conjunto de ações desenvolvidas no campo da educação que visa prover as condições (materiais e imateriais) necessárias à permanência dos estudantes nas instituições

educacionais. Apesar de ações desse tipo serem praticadas no Brasil desde os anos 1930 (NASCIMENTO, 2014), apenas recentemente passam a ter uma maior repercussão. É somente nos anos 2000 que a assistência estudantil ganha visibilidade mediante sua institucionalização a partir do Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. Cria-se assim, o Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES, sua prioridade é o atendimento aos estudantes que entram nas Instituições Federais de Ensino Superior/IFES, provenientes da rede pública de educação básica ou com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio (BRASIL, 2010).

As ações assistenciais previstas no PNAES devem ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico. Cabendo a cada IFES a definição dos critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados (BRASIL, 2010).

Na Universidade Federal do Ceará, a Pró – Reitoria de Assuntos Estudantis é a responsável pelo Programa de Assistência Estudantil, regulamentado a partir dos anexos XI, XII, XII, XIV e XV da Resolução Nº 08 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, de 26 de Abril de 2013, a assistência aos discentes visa prover ações de apoio àqueles que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada objetivando com isso dar possibilidades para que estes alunos possam concluir seus cursos de graduação em tempo hábil e com desenvolvimento satisfatório. (UFC, 2013).

Os anexos, acima referenciados, ressaltam as modalidades de benefícios constituintes do Programa de Assistência Estudantil da UFC, sendo eles:

**a) Auxílio-Residente** que tem como finalidade contribuir para o custeio das refeições (café, almoço e jantar) nos sábados, domingos e feriados, de cada mês, bem como o custeio diário da 4ª refeição (noturna) de cada um dos estudantes pertencentes ao Programa de Residência Universitária.

**b) Auxílio – Moradia** que tem como finalidade contribuir para a permanência dos estudantes dos campi do interior, que apresentem vulnerabilidade socioeconômica comprovada, similar aos estudantes beneficiados pelo Programa de Residência Universitária.

**c) Bolsa de Iniciação Acadêmica** que tem como finalidade contribuir para que os estudantes, em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, possam permanecer na instituição, reduzindo o risco de evasão e propiciando a obtenção de desempenho acadêmico satisfatório. (ANEXO XI - Resolução Nº 08/CEPE, 2013);

**d) Programa de Incentivo ao Desporto** tem como objetivo principal incentivar estudantes de graduação a desenvolverem suas capacidades em atividades relacionadas ao desporto, como forma de contribuir para a melhoria de sua trajetória e formação acadêmica. (ANEXO XII – Resolução Nº 08/CEPE, 2013);

**e) Auxílio Emergencial** tem como objetivo disponibilizar ajuda financeira a estudantes de graduação, em situação de vulnerabilidade socioeconômica

comprovada e que não tenham sido alcançados por nenhuma das outras ações de apoio financeiro disponíveis na Universidade Federal do Ceará ou pagas com recursos do Governo Federal, de modo que possa contribuir para a obtenção de um desempenho acadêmico satisfatório, reduzir o risco de evasão e propiciar a conclusão dos cursos em tempo hábil (ANEXO XIII – Resolução N° 08/CEPE, 2013);

**f) Auxílio-Creche** tem como objetivo disponibilizar ajuda financeira às mães, estudantes de graduação, em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, de modo que possa contribuir para a obtenção de um desempenho acadêmico satisfatório, reduzir o risco de evasão e propiciar a conclusão dos cursos em tempo hábil (ANEXO XIV – Resolução N° 08/CEPE, 2013);

**g) Auxílio-Alimentação** tem como objetivo disponibilizar ajuda financeira aos estudantes de graduação, nos Campi de Russas e Crateús, de modo que possa contribuir para a obtenção de um desempenho acadêmico satisfatório, reduzir o risco de evasão e propiciar a conclusão dos cursos em tempo hábil (ANEXO XV – Resolução N° 08/CEPE, 2013).

O estudo apresentado neste artigo mostra a pesquisa realizada com alunos selecionados para a Bolsa de Iniciação Acadêmica/BIA no período de 2014. O processo seletivo da BIA é realizado anualmente mediante o lançamento de edital e formulário de inscrição eletrônico no site da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal do Ceará. Conforme edital (UFC, 2014), o público usuário dos serviços de assistência nessa modalidade de bolsa são prioritariamente os estudantes de semestres iniciais, não impossibilitando, entretanto, a participação de alunos que se encontrem em períodos mais avançados da formação acadêmica.

Em 2014, inicialmente foram previstas no edital da BIA 800 vagas. Vale salientar que nesse ano também a UFC disponibilizou 50% das vagas para cotas, antecipando o cumprimento da Lei 12.711/2012 que obriga as universidades e institutos federais, até 2016, a reservarem 50% de suas vagas para alunos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Essa antecipação provocou um grande impacto no processo seletivo da BIA. Para as 800 vagas, inscreveram-se quase 2000 estudantes e grande parte destes inscritos tiveram a vulnerabilidade socioeconômica comprovada. O que provocou um aumento de vagas nesse Programa, de 800 para 1115 bolsas. Houve uma expansão de 39% das vagas. Destas, 1002 destinaram-se ao *campus* Fortaleza e o restante para os *campi* do interior (Sobral, Quixadá, Crateús e Russas).

Os alunos selecionados para Fortaleza foram os sujeitos de nossa pesquisa. Participaram da pesquisa 66,86% dos 1.002 alunos deferidos. Aplicamos um questionário de avaliação inicial da BIA com perguntas abertas a partir das quais os alunos puderam expressar, suas percepções acerca do programa.

O artigo estrutura-se em três seções. Na primeira, contextualizamos o ensino superior brasileiro na contemporaneidade. Na segunda, articulado a discussão sobre o ensino superior brasileiro, apresentamos a trajetória da assistência estudantil nas instituições federais de ensino. Na última seção, expomos os resultados da pesquisa

aplicada aos estudantes, no intuito de refletirmos e apreendermos as suas percepções acerca da Bolsa de Iniciação Acadêmica.

## 2 | A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA DURANTE OS GOVERNOS DO PT

Durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, gestão iniciada em 2003 concluída em 2010, a educação superior brasileira passa por um processo de expansão e reestruturação do ensino superior. Que na compreensão da Lima (2012), se caracteriza com a terceira fase dessa expansão.

Conforme aponta a referida autora a expansão do ensino superior ocorreu em três etapas: a primeira incidiu durante o regime burguês militar (1964-1985), segundo Lima (2012, p.3), “essa expansão operou uma efetiva ampliação da ação do setor privado introduzida pelo acordo do governo brasileiro com os organismos internacionais do capital”. A segunda fase adveio durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), a qual foi caracterizada pela expansão via Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e pela “privatização interna da IES públicas, a partir dos cursos pagos e das parcerias universidade – empresas” (Lima, 2012, p. 3). E a terceira fase aconteceu durante o governo Lula (2003-2010), se caracterizou pelo “empresariamento da educação e a certificação em larga escala, resultado de uma fase de contrarreforma<sup>6</sup> do Estado brasileiro (LIMA, 2012, p.14). Modelo de expansão que se estendeu pelo governo Dilma Rousseff (2010 - 2016) e ainda vigente no atual governo de Michel Temer (2016 - 2018). Chamamos atenção para um ponto comum às três fases pensadas por Lima (2012), a expansão do ensino superior a partir da expansão e consolidação do setor privado (ver dados sobre o crescimento do ensino superior privado no Brasil).

Sob a vertente de um Neoliberalismo reformado, e a reestruturação do ensino superior foi implementado, por meio de um conjunto de Medidas Provisórias, Projetos de Leis, Leis e Decretos, entre os quais citaremos apenas os principais:

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – 2004; Programa Universidade para Todos (ProUni) – 2005; Sistema especial de reservas de vagas para estudantes egressos de escolas públicas (em especial negros e indígenas) nas instituições públicas federais da educação superior (Sistema de Cotas) – 2004; Universidade Aberta do Brasil (UAB) – regulamentação dos cursos a distância – 2005/2006; Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) – 2007; Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) - 2010. (LIMA, 2012, p. 10-13)

Dentre as medidas citadas anteriormente, daremos destaque aqui ao Reuni, por ser uma das medidas responsáveis pela certificação em larga escala na IES públicas. O qual tem o “objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura

física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

Esses objetivos são norteados pelas diretrizes abordadas no terceiro artigo do decreto, que institui o Reuni, que são:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - **ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil;**

e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007 –**Grifo nosso**).

Assim, as metas colocadas pelo programa é elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais para 90%; aumentar a taxa de alunos para professores nos cursos presenciais na proporção de um para dezoito; e ainda ampliar as políticas de inclusão e assistência estudantil de modo a garantir a permanência e a conclusão do curso dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. É sobre este tema que trataremos na próxima seção na qual apresentamos a trajetória da assistência estudantil no Brasil.

### **3 | ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR: A ESSENCIALIDADE DESTA POLÍTICA PARA GARANTIA DA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES**

No Brasil, a emergência da assistência estudantil se deu no período da ditadura militar. Contraditoriamente, nesse período de opressão política sobre os direitos e as liberdades individuais, surgem reivindicações a favor da democratização da universidade. Democratização do acesso e da permanência dos estudantes nas universidades públicas a partir de ações da assistência estudantil (NASCIMENTO, 2014).

Segundo Vasconcelos (2010) os protestos em torno da assistência estudantil tinha como objetivo a garantia de igualdade de oportunidade aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na perspectiva do direito social, afora

a possibilidade de conferir aos alunos, principalmente aqueles de baixa renda, as condições básicas para sua permanência e conclusão do curso, de modo a prevenir e erradicar a retenção e evasão escolar provenientes das dificuldades socioeconômicas.

As primeiras ações assistenciais no interior das Universidades Federais brasileiras, não foram regulamentadas por um marco legal e nem reconhecidas como uma política de direito. Elas eram executadas a partir da ideia de ajuda e bem-estar. Assim as protoformas da assistência estudantil realizavam-se por meio de concessão de bolsas de trabalho para aqueles estudantes em situação de pobreza (GONÇALVES, 2011).

Ao final dos anos 1980, organizam-se duas grandes frentes políticas de embate sobre as questões educacionais, sobretudo aquelas pertinentes à assistência estudantil, que foram, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE – e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES (VASCONCELOS, 2010). Esses dois espaços tiveram grande importância para o amadurecimento e sistematização da assistência estudantil. Com a sua estruturação os serviços foram aperfeiçoados dentro das IFES, observou-se a criação de programas de alimentação, bolsas e moradias universitárias. Ressalta-se ainda o fortalecimento das organizações estudantis em torno da defesa da ampliação de acesso e permanência dos estudantes na universidade (NASCIMENTO, 2014).

Na década de 1990 a educação superior sofre influências da política econômica de Fernando Henrique Cardoso. A partir do receituário neoliberal as universidades públicas são sucateadas enquanto há uma expansão do ensino superior privado. Segundo Vasconcelos (2010), nesse momento nota-se a ausência, ou se pode afirmar, a inexistência, de uma política efetiva de assistência estudantil.

Foi apenas nos anos 2000 que as ações assistenciais no ensino superior passaram a ganhar espaço na pauta das discussões da política educacional brasileira e ganhar maior legitimidade na agenda governamental. A formulação e publicação em 12 de dezembro de 2007, da Portaria Normativa nº 39 do Ministério da Educação – MEC que fundou o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). E posteriormente, a sua transformação em Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) a partir do Decreto Presidencial nº 7.234/2010 representam marcos históricos importantes para que a assistência estudantil se consolide e se efetive enquanto uma política pública de Estado (VASCONCELOS, 2010).

O PNAES tem como objetivo: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; promover e viabilizar a equidade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (Brasil, 2010).

Embora saibamos que a assistência estudantil não apareça como a “salvadora” de todas as questões estudantis, reconhecemos que sua realização nas instituições de



ensino superior traz para os estudantes uma nova perspectiva de realidade acadêmica, dando-lhes possibilidades de permanecerem e concluírem a graduação e amenizando as dificuldades que perpassam a vida universitária.

## 4 | A BOLSA DE INICIAÇÃO ACADÊMICA DA UFC A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DE SEUS USUÁRIOS

Nesta seção, expomos os resultados da pesquisa aplicada aos estudantes, no intuito de refletirmos e apreendermos as suas percepções acerca da Bolsa de Iniciação Acadêmica. Participaram da pesquisa 670 estudantes.

A partir da coleta de dados realizou-se a leitura flutuante que proporcionou conhecimento do conteúdo das respostas dos estudantes pesquisados. A análise destes conteúdos nos possibilitou apreender as percepções dos estudantes beneficiados com o Programa BIA, com base nas atividades desenvolvidas na bolsa, na sua contribuição para a formação acadêmica e no levantamento das críticas e sugestões. Dessa forma, foram definidas as categorias e subcategorias de análises que serão apresentadas a seguir:

- **Atividades desenvolvidas na Bolsa de Iniciação Acadêmica**

Algumas constatações na leitura dos resultados dessa categoria, primeiramente, 42 estudantes não responderam a questão, dos 628 estudantes que responderam 186 não conseguiram precisar que tipo de atividade desenvolvia no exercício da bolsa. Categorizamos as respostas dos 400 discentes restantes conforme mostra o quadro abaixo:

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Atividades Desenvolvidas	Atividades Burocráticas/Administrativas	239	59,7
	Atividade de Pesquisa e Extensão	62	15,5
	Processo de adaptação e /ou ainda não iniciaram as atividades	93	23,3
	Não tem muita atividade para fazer/ pouca atividade para fazer	06	1,5
	<b>TOTAL</b>	<b>400</b>	<b>100</b>

Tabela 1 – Distribuição por categoria e subcategorias - a percepção dos estudantes sobre as Atividades Desenvolvidas na Bolsa de Iniciação Acadêmica

Fonte: Elaborada pelas próprias autoras

Ficou evidenciado pelo conteúdo das repostas que 59,7% dos estudantes atendidos pelo Programa Bolsa de Iniciação Acadêmica desenvolvem atividades burocráticas e administrativas em seu local de trabalho, estas atividades na maioria



das vezes não têm nenhuma ligação com a sua formação acadêmica. Enquanto que apenas 15,5% estão desenvolvendo atividade de pesquisas e extensão.

Este resultado parece colaborar com a tese de Leite (2012) que afirma que as bolsas de assistência escamoteiam um trabalho que de maneira muito barata substitui a mão de obra dos funcionários técnico administrativo, nas palavras da autora:

Mas o que realmente salta aos olhos é a ocultação de trabalho sob a legenda de bolsa. Uma vez que somente estudantes com uma renda familiar de até 2 salários mínimos podem ter acesso a estas “bolsas”, depreende-se que a máxima de “políticas pobres para os pobres” entra com imenso vigor nas universidades públicas. Enquanto discentes mais bem colocados na pirâmide social podem dispender 12 horas semanais em estudos (geralmente esta é a carga horária exigida para bolsas de Iniciação Científica ou Monitoria), aqueles estão trabalhando (LEITE, 2012, p.468).

- **Contribuição das atividades exercidas na bolsa**

A categoria é formada por cinco subcategorias que abordam a percepção dos estudantes assistidos sobre a contribuição das atividades exercidas na bolsa. Vale ressaltar que 38 alunos não responderam essa questão; 04 afirmaram que não haviam começado as atividades e 06 estudantes alegaram que haveria uma contribuição maior em suas formações se as atividades desenvolvidas tivessem ligação com a área do seu curso. As demais respostas estão categorizadas, segundo expõe o quadro abaixo:

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Contribuição	Auxílio Financeiro/Garantia da Permanência na Universidade	308	49,5%
	Formação Profissional	216	34,8%
	Conhecimento sobre o funcionamento da Universidade	38	6,1%
	Desenvolvimento de pesquisa	22	3,5%
	Não auxilia na formação acadêmica	38	6,1%
	<b>TOTAL</b>		<b>622</b>

Tabela 2 – Distribuição por categoria e subcategorias - a percepção dos estudantes sobre a contribuição das Atividades exercidas na Bolsa de Iniciação Acadêmica

Fonte: Elaborada pelas próprias autoras

Nas subcategorias apresentadas acima, a percepção mais relevante apresentada pelos estudantes em relação à contribuição das atividades desenvolvidas na bolsa, que a nosso ver expressa mesmo a contribuição da própria bolsa, foi a subcategoria “Auxílio financeiro”, quase metade dos alunos responderam que a bolsa tem garantido-lhes a permanência na Universidade. Nesse sentido, podemos afirmar, ainda que sumariamente, que a Bolsa de Iniciação Acadêmica tem cumprido um dos objetivos da assistência estudantil que é prevenir a evasão proveniente da escassez financeira.

- **Críticas e/ou sugestões**

Neste último tópico organizamos as sugestões e críticas feitas ao Programa Bolsa de Iniciação Acadêmica. 157 bolsistas não responderam, compreendendo 23,43% do total. Alguns deram mais de uma crítica/sugestão, alternando entre 1 a 5 críticas/sugestões. A saber o percentual: 1 crítica/sugestão – 470 respostas, equivale a 70,15%; 2 – 36 respostas, 5,37%; 3 – 4 respostas, 0,6%; 4 – 1 resposta, 0,15%; e 1 – 2 respostas, 0,3%.

Neste item, do total, contabilizamos 725 críticas ou sugestões, como inúmeras questões foram abordadas, para melhor facilitar a análise, apresentamos no quadro abaixo, inicialmente as categorias e especificamos as colocações feitas por ordem decrescente de importância, expressas a seguir: 20,55% do total das respostas desta questão deram sugestões e/ou críticas sobre o objetivo da bolsa/ atividade a ser desenvolvida; 19,45% sobre o prazo/ valor da bolsa; 12,28% sobre o processo seletivo; 6,9% sobre a carga horária; 6,48% sobre a forma de locação; 2,21% sobre a vinculação a outros auxílios ou espaços na UFC; 2,07% sem opinião/ sugestão; 1,66% sobre a divulgação da bolsa para alunos recém-ingressos ou não; 1,66% elogios; 1,52% sobre as vagas; 1,52% sobre o acompanhamento dos bolsistas pela equipe técnica da PRAE; 1,1% sobre o Seminário de Acolhimento; 0,69% sobre a transformação da bolsa numa atividade complementar com certificado; 0,28% sobre a disponibilização de materiais/ recursos durante a vigência da Bolsa. Em seguida destacaremos as 05 categorias mais relevantes do ponto de vista dos estudantes, apresentando as suas subcategorias.

<b>Categorias</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Em branco/ não respondeu;	157	21,66%
Crítica ou sugestão quanto ao objetivo real da Bolsa/ Atividades a serem desenvolvidas;	149	20,55%
Crítica ou sugestão quanto à forma/prazo/ valor da Bolsa, bem como período de vigência da Bolsa;	141	19,45%
Crítica ou sugestão quanto ao Processo Seletivo;	89	12,28%
Crítica ou sugestão quanto à carga horária da bolsa;	50	6,90%
Crítica ou sugestão quanto a forma de locação da bolsa;	47	6,48%
Crítica ou sugestão quanto à vinculação do Bolsista em outros auxílios ou espaços;	16	2,21%
Sem opinião ou sugestão;	15	2,07%
Crítica ou sugestão quanto à divulgação da Bolsa para alunos recém-ingressos ou não na UFC;	12	1,66%
Elogios;	12	1,66%
Crítica ou sugestão quanto às vagas;	11	1,52%
Crítica ou sugestão quanto ao acompanhamento dos bolsistas;	11	1,52%
Crítica ou sugestão quanto ao Seminário de Acolhimento;	8	1,10%

Crítica ou sugestão quanto a transformar a Bolsa numa atividade complementar com certificado;	5	0,69%
Crítica ou sugestão quanto à disponibilização de materiais/ recursos durante a vigência da Bolsa.	2	0,28%
<b>TOTAL</b>	<b>725</b>	<b>100%</b>

Tabela 3 – Distribuição por categoria - a percepção dos estudantes sobre a Bolsa de Iniciação Acadêmica – Críticas e sugestões

Fonte: Elaborada pelas próprias autoras

Como expresso na tabela, a categoria mais falada foi em relação ao objetivo da Bolsa/ atividade a ser desenvolvida pelo bolsista, o quadro abaixo, ajudará a visualizar as subcategorias agrupadas nesse item.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Objetivo da bolsa/atividade a ser desenvolvida pelo bolsista	Está relacionada à área de formação	120	80%
	Bolsista não deve realizar trabalho administrativo burocrático, nem desempenhar funções do servidor	29	20%
	<b>TOTAL</b>	<b>149</b>	<b>100%</b>

Tabela 4 – Distribuição por categoria e subcategorias - a percepção dos estudantes sobre a Bolsa de Iniciação Acadêmica – Crítica ou sugestão quanto ao objetivo real da Bolsa/ Atividades a serem desenvolvidas

Fonte: Elaborada pelas próprias autoras

Neste item, os bolsistas expressam a importância da bolsa está voltada para a área do curso/ atuação e em segundo lugar, asseveram que o bolsista não deve realizar trabalhos administrativo/ burocrático, ou desempenhar funções do servidor.

Uma categoria, também bastante pontuada pelos bolsistas, tem a ver com o valor da Bolsa, quase 80% afirmaram a importância do aumento do valor da Bolsa e 23% responderam que o pagamento da bolsa não deve atrasar.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Forma/prazo/valor, bem como período de vigência da bolsa	Aumento do valor da Bolsa	109	77%
	Organização do prazo de pagamento da bolsa	32	23%
	<b>TOTAL</b>	<b>141</b>	<b>100%</b>

Tabela 5 – Distribuição por categoria e subcategorias - a percepção dos estudantes sobre a Bolsa de Iniciação Acadêmica – Crítica ou sugestão quanto à forma/prazo/ valor da Bolsa, bem como período de vigência da Bolsa

Fonte: Elaborada pelas próprias autoras

A terceira categoria por ordem de importância diz respeito às suas críticas e sugestões quanto ao processo seletivo, 50,5% dos estudantes, desejam que este seja menos burocrático, mais rápido e organizado; 22,5% solicitaram que o site da Universidades tragam esclarecimentos sobre o processo seletivo; 13,5% desejam

que o processo inicie mais cedo; e o mesmo percentual deseja que a bolsa sempre continue sendo ofertada.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Processo seletivo	Menos burocrático, mais rápido e mais organizado	45	50,5%
	Esclarecimentos sobre o processo seletivo no site com perguntas e resposta <i>online</i>	20	22,5%
	Que a bolsa continue sendo ofertada	12	13,5%
	Maior rapidez no lançamento do edital	12	13,5%
	<b>TOTAL</b>	<b>89</b>	<b>100%</b>

Tabela 6 – Distribuição por categoria e subcategorias - a percepção dos estudantes sobre a Bolsa de Iniciação Acadêmica – Crítica ou sugestão quanto ao Processo Seletivo

Fonte: Elaborada pelos próprios autores

A quarta categoria aponta as sugestões e críticas referentes à carga horária da Bolsa, 88% dos bolsistas desejam a redução da carga horária, sobretudo para aqueles alunos de cursos integrais ou que precisem cursar muitas disciplinas; e 6 (12%) relataram a importância da flexibilidade dos horários, especialmente quando precisam realizar aulas de campo, participar de eventos acadêmicos, bem como no período de férias.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Carga Horária	Redução da carga horária	44	88%
	Flexibilidade dos horários	06	12%
	<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>

Tabela 7 – Distribuição por categoria e subcategorias - a percepção dos estudantes sobre a Bolsa de Iniciação Acadêmica – Crítica ou sugestão quanto à carga horária

Fonte: Elaborada pelos próprios autores

A quinta e última categoria mais citada pelos estudantes refere-se à forma de locação, 45% acreditam que o bolsista deve escolher o local de locação, 38% afirmar que se o bolsista for novamente selecionado, deve continuar no mesmo local de locação do período anterior e 17% dizem que o bolsista deve se alocado próximo ao seu local de estudo.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Locação	O bolsista deveria escolher local de locação	21	45
	Bolsistas veteranos devem ficar no local antigo	18	38
	Locação próximo ao lugar de estudo	08	17
	<b>TOTAL</b>	<b>47</b>	<b>100</b>

Tabela 8 – Distribuição por categoria e subcategorias - a percepção dos estudantes sobre a Bolsa de Iniciação Acadêmica – Crítica ou sugestão quanto a forma de locação da bolsa

Fonte: Elaborada pelas próprias autoras

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada demonstrou o quanto se faz urgente avançar rumo a democratização do ensino superior, no sentido de reduzir os efeitos das desigualdades apresentadas pelo conjunto dos estudantes provenientes das classes subalternas e garantir sua permanência nesse espaço que historicamente foi-lhe negado.

Nessa perspectiva a emergência do Programa Nacional de Assistência Estudantil representa um marco histórico na área da assistência estudantil, sobretudo no que diz respeito a organização e sistematização das ações assistenciais no interior das Instituições Federais de Ensino Superior, da qual a UFC é herdeira.

Os resultados desse estudo possibilitaram ainda que, sinteticamente, apreender a partir das percepções dos estudantes os aspectos relevantes, as oportunidades criadas a partir do Programa Bolsa de Iniciação Acadêmica e também as possibilidades de seu aperfeiçoamento, com vistas a efetivação de políticas públicas de assistência estudantil.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto de Lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007**, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)> Acesso em: 04 de dez de 2014

**Decreto de lei nº 7.234, de 19 de julho de 2010**, que institui o Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso em: 04 de dez de 2014.

GONÇALVES, Vivianne Satte Alam. **A Assistência Estudantil como Política Social no contexto da UFPEL: concepções, limites e possibilidades**. 2011. 123 f. Tese de Mestrado em m Política Social da Universidade Católica de Pelotas. Rio Grande do Sul 2011. Disponível em: <[http://pos.ucpel.tche.br/dissertacoes - ppgps/?pasta=L01lc3RyYWVlZlZlMTE](http://pos.ucpel.tche.br/dissertacoes/ppgps/?pasta=L01lc3RyYWVlZlZlMTE)> Acesso em: 10 de ago de 2014.

LEITE, Janete Luzia. **Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência do direito?** Revista Ser Social. Brasília, v.14, n 31. Jul/dez 2012. p. 453-472

LIMA, Kátia. Expansão da Educação Superior Brasileira na primeira década do novo século. In: Pereira, Larissa Dahmer; Almeida, Ney Luiz Teixeira (Org.). **Serviço Social e educação**. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 2012.

NASCIMENTO, Clara Martins do. **A Assistência Estudantil consentida na contrarreforma dos anos 2000**. Revista Universidade e Sociedade. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Brasília. Ano XXIII, n 53, 2014. p.88-103

RAASCH, Ronaldo. **A gestão da política de assistência estudantil em uma universidade pública na perspectiva de seus estudantes**. Simpósio. Anais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <[http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2012/artigos/E2012\\_T00348\\_PCN82679.pdf](http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2012/artigos/E2012_T00348_PCN82679.pdf)> . Acesso em: 10 de mar de 2014.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. Revista da Católica. Uberlândia. v.2, n.3, 2010. p. 399-411.

UFC. **Resolução Nº 08 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão**, de 26 de Abril de 2013.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-062-9

